

O QUE FAZEM SENADORES E DEPUTADOS

O S BRASILEIROS ESCO-
LHERÃO EM OUTUBRO

1.585 SENADORES E DEPUTADOS
FEDERAIS E ESTADUAIS QUE
VÃO RECEBER SALÁRIOS DE ATÉ
R\$ 8.000,00 PARA CRIAR LEIS E
FISCALIZAR O PRESIDENTE E OS
GOVERNADORES. O CONGRES-
SO TEM PRODUZIDO POR DIA
UMA MÉDIA DE 7 PROJETOS DE
LEI E 2,5 REQUERIMENTOS DE
INFORMAÇÕES AO EXECUTIVO.

A Constituição reserva aos deputados e senadores o papel de co-administradores do país. É por isso que uma declaração de guerra, um estado de defesa ou de sítio precisam ser aprovados pelos parlamentares. As constituições dos Estados dão aos deputados estaduais funções muito semelhantes, mas restritas a cada unidade da federação. Assim, cabe ao Congresso aprovar uma intervenção federal em um Estado, enquanto as Assembleias Legislativas devem aprovar as intervenções em municípios.

Como o nome do poder sugere, legislar é a tarefa principal dos deputados e senadores. Somente na atual legislatura, que começou em 1995, senadores e deputados já propuseram 7,9 mil projetos de lei e emendas constitucionais. No ano passado, o deputado Paulo Paim (PT-RS) foi o parlamentar que mais apresentou projetos de lei e emendas no Congresso, chegando a um total de 52. Mesmo assim, no mesmo ano, só teve dois projetos aprovados.

"É muito difícil aprovar um projeto com a atual formação do Legislativo", diz o deputado. "Em algumas situações, mesmo sem ser aprovado o projeto acaba se tornando instrumento de debate ou sendo incluído em alguma proposta do Executivo, cumprindo assim um papel relevante". O baixo índice de aprovação não é uma perseguição a Paim. Enquanto são apresentados diariamente 7 projetos de lei e emendas por senadores e deputados, somente 10 deles são aprovados a cada mês.

IMPEACHMENT

Além de fazer leis, os parlamentares funcionam como uma espécie de polícia do presidente e dos governadores, que podem ser processados e julgados por deputados e senadores. A última grande demonstração desse poder ocorreu no dia 29 de setembro de 1992. "O que o povo quer, esta casa quer", gritou o então presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). Depois de muitos outros gritos, o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, acusado de corrupção, foi aprovado por 441 votos contra 38. Ibsen Pinheiro acabaria também deixando seu cargo no escândalo dos "anões do orçamento" por causa da prerrogativa do Legislativo de se autofiscalizar.

O poder de polícia dos parlamentares também é exercido fora destas situações extremas. Uma das melhores armas que eles possuem para isso são os requerimentos de informações. Ministros, em nível federal, e secretários dos Estados podem ser processados por crime de responsabilidade se deixarem de responder a um requerimento. Parte das irregularidades relacionadas ao uso de precatórios por governadores e prefeitos foram descobertas a partir de um requerimento desse tipo.

Juntos, senadores e deputados enviaram ao governo federal no ano passado 865 requerimentos de informações. Analisados do ponto de vista da bancada de origem dos requerimentos, eles mostram que a maioria parte da oposição ao governo, como era de esperar. Na Câmara, 51,07% dos requerimentos feitos no ano passado saíram da bancada petista. No Senado, o partido tem 6,17% das vagas e apresentou 17,70% dos requerimentos.

Mas analisados do ponto de vista de parlamentar de origem, os requerimentos mostram que os maiores questionadores do governo são seus próprios aliados. Na Câmara, o deputado Cunha Bueno (PPB-SP) elaborou sozinho 233 requerimentos, o que equivale a 35,52% do total da casa. No Senado, Romero Jucá (PFL-RR) foi o autor de 31 requerimentos, 14,83% do total. "Eu me considero da esquerda do PFL. Sou do PFL do B, sou da ala progressista do partido", afirma o senador, em tom de brincadeira.

OS SENADORES E DEPUTADOS FEDERAIS PODEM...

- Fazer leis e emendas constitucionais
- Aprovar projetos de lei e medidas provisórias do Executivo
- Aprovar o orçamento
- Aprovar acordos e tratados internacionais
- Alterar o efetivo das Forças Armadas
- Exigir explicações do governo usando requerimentos de informações
- Fiscalizar atos e planos do Executivo
- Investigar e punir membros dos poderes Executivo e Legislativo
- Aprovar alterações na estrutura territorial do país (como criação de novos estados e mudanças de linha de fronteira)
- Permitir alterações e extinções de cargos, empregos e funções públicas
- Autorizar o presidente a declarar guerra ou permitir que tropas estrangeiras transitem pelo território nacional ou permaneçam nele
- Aprovar o estado de defesa, o estado de sítio e a intervenção federal ou suspender qualquer uma dessas medidas
- Suspender atos do Executivo que extrapolam atribuições deste poder
- Fixar a remuneração de parlamentares, do presidente, do vice e dos ministros
- Escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União, que analisa contas e fiscaliza o Executivo
- Autorizar a realização de referendos e plebiscitos
- Convocar ministros de Estado para dar explicações

SÓ DEPUTADOS

- autorizar a instauração de processos contra o presidente, o vice, os ministros de Estado e os deputados (em situações em que serão julgados pelo Poder Judiciário)

SÓ SENADORES:

- processar e julgar o presidente, o vice-presidente, os ministros, os ministros do Supremo Tribunal Federal, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União
- aprovar os nomes do presidente e diretores do Banco Central
- aprovar um terço dos membros do Tribunal de Contas da União, indicados pelo presidente da República
- autorizar operações de crédito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios

O CARGO OFERECE:

Senador:

- Salário: R\$ 8 mil
- Um automóvel e 20 litros de gasolina por dia
- 17 assessores

Deputado:

- Salário: R\$ 8 mil
- R\$ 20 mil mensais para pagamento de assessores. O número de assessores é decidido pelo deputado, mas o mínimo são três por gabinete

OS DEPUTADOS ESTADUAIS PODEM...

- Elaborar projetos de leis estaduais, emendas e decretos legislativos
- Requerer informações ao Executivo
- Decidir o respeito de aumentos de tributos
- Autorizar operações de crédito do governo
- Aprovar mudanças no quadro e reajustes para servidores
- Apreciar relatórios e projeto de orçamento do governo do Estado
- Processar e julgar o governador, o vice e os secretários por crime de responsabilidade
- Declaração de perda de mandato de deputados
- Convocar plebiscitos
- Apreciar vetos do governador
- Sustar atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar
- Solicitar a intervenção federal no Estado
- Apreciar decreto de intervenção nos municípios
- Solicitar informações aos poderes Executivo e Judiciário
- Convocar secretários de Estado para prestar informações
- Apreciar convênios, acordos e pedidos de empréstimo do Estado
- Escolher conselheiros do TCE
- Fixar a remuneração dos deputados, dos secretários, do governador e do vice

O CARGO OFERECE:

Em Roraima - (148 mil eleitores, menor colégio eleitoral do país, e R\$ 950 milhões de PIB, o menor do país):

- Salário: R\$ 6 mil
- Seis assessores

Em São Paulo - (23 milhões de eleitores, maior colégio eleitoral do país, e R\$ 283 bilhões de PIB, o maior do país):

- Salário: R\$ 6 mil
- 16 assessores
- 1 automóvel